

---

---

# JUSTIÇA (INTER)GENERACIONAL: REFLEXÕES SOBRE O PAPEL GERAACIONAL DAS INSTITUIÇÕES EM TEMPOS DE PANDEMIA

CARLOS BOLONHA <sup>1</sup>

PEDRO FORTES <sup>2</sup>

DANIEL LUCAS <sup>3</sup>

ABNER SERAPIÃO <sup>4</sup>

Antes de existir um “novo normal”, no segundo semestre de 2019, a Revista Estudos Institucionais tinha lançado sua segunda chamada de artigos internacionais a partir do tema da ‘Justiça (inter)geracional’, na busca de artigos internacionais e inéditos para a composição de uma coleção de trabalhos acadêmicos de alto nível nesse volume 6. A chamada de artigos foi inspirada no tema da conferência do *Research Committee of Sociology of Law* (RCSL) intitulada ‘*Linking Generations for Global Justice*’ realizada entre 19 e 21 de junho de 2019, em Oñati, na Espanha. A Conferência foi realizada no Instituto Internacional de Sociologia do Direito, fundado em 1989, celebrando justamente seus trinta anos de existência e todo um esforço colaborativo intergeracional para os debates sócio-jurídicos.

Nossa chamada encorajava não apenas os participantes da Conferência RCSL, mas qualquer pesquisador internacional com interesse no tema em submeter seus trabalhos. Estávamos abertos a trabalhos sobre diferentes aspectos da justiça (inter)geracional, inclusive com relação ao tempo e ao espaço, através de redes sociais transnacionais assimétricas, com foco na proteção de membros de grupos minoritários, de mulheres, dos cidadãos de Estados fracos e dos excluídos. Em termos de temáticas interdisciplinares, esperávamos receber trabalhos relativos ao desenvolvimento sustentável, ao constitucionalismo, a direitos econômicos, sociais e culturais – ‘*ESC Rights*’ conforme a terminologia internacional – e sobre justiça transicional, dentre outros tópicos ilustrativos dos desafios de se transmitir o direito e a justiça de geração em geração.

Nossa chamada ecoava a mensagem da conferência RCSL, de que a humanidade se renova com o surgimento de novas gerações, sendo que cada um traz uma perspectiva nova de pensar e muda valores, instituições e práticas, sendo vitais em tempos de rápida transformação global. Por outro lado, foram colocadas

---

<sup>1</sup> Professor da Faculdade Nacional de Direito e da Pós-Graduação em Direito da UFRJ. Editor-Chefe da REI – Revista Estudos Institucionais.

<sup>2</sup> Professor Visitante da Pós-Graduação em Direito da UFRJ. Editor Internacional da REI – Revista Estudos Institucionais.

<sup>3</sup> Mestre em Direito pelo PPGD/UFRJ. Editor-Adjunto da REI – Revista Estudos Institucionais.

<sup>4</sup> Mestrando em Direito pelo PPGD/UFRJ. Editor-Executivo da REI – Revista Estudos Institucionais.



---

várias questões abertas para reflexão: como proteger o meio ambiente para as futuras gerações? Como integrar gerações de migrantes? Como assegurar a diversidade das instituições judiciais e dos institutos jurídicos? Como deve ser a distribuição de recursos dentro da estrutura do Estado de Bem-Estar Social? Como será o sistema judicial de gerações tão impactadas pela revolução digital? Como as jovens gerações podem ter voz e participação em decisões sobre seu futuro? Como as velhas gerações podem ser protegidas em tempos de mudança social acelerada?

O tema da justiça (inter)geracional reflete com muita propriedade o espírito desse nosso número três, que encerra o volume seis da Revista Estudos Institucionais (REI). Em primeiro lugar, esse número marca uma 'passagem de bastão' e o início de um novo ciclo editorial, na medida em que nosso Editor Daniel de Souza Lucas, que liderou como Editor-Executivo o processo de publicação dos volumes quatro (2018), cinco (2019) e seis (2020), se torna o Editor-Adjunto da REI e o posto de Editor-Executivo passa a ser ocupado por Abner Serapião, que inaugura um novo ciclo de trabalho e renova nosso periódico com suas novas perspectivas e ideias. Aliás, além dos artigos internacionais, o tema da justiça inter(generacional) também permeia todo esse número, tanto no dossiê especial sobre COVID-19, coordenado pelo Professor Fábio Corrêa Souza de Oliveira, quanto no dossiê sobre trabalho e instituições em mudança, coordenado pela Professora Sayonara Grillo. Como os editores dos dossiês já elaboraram textos de apresentação da sua coleção de artigos, remetemos os nossos leitores para a sua leitura.

Com relação aos artigos internacionais, por sua vez, o Professor Alberto Pino Emhart nos brinda com um excelente artigo acadêmico sobre o tema do valor das desculpas para o direito e para a moral. O trabalho elaborado pelo Professor da *Universidad Adolfo Ibáñez do Chile*, como parte das investigações de sua pesquisa doutoral na *University of Oxford*, sob orientação do saudoso Professor John Gardner, é um primoroso estudo de filosofia analítica da responsabilidade civil. O artigo *The Value of Apologies in Law and Morality* explora o papel das desculpas nos casos de transgressões, defendendo que constituem uma exigência moral em um sentido forte de busca da reparação e do restabelecimento de relações sociais pela perspectiva da justiça restaurativa. No plano da responsabilidade civil, existe o objetivo de restabelecer uma relação normativa entre as partes e a comunicação de uma mensagem restaurativa para a vítima. O artigo apresenta também a discussão sobre a possibilidade de compensação e da função simbólica da responsabilidade civil.

Por sua vez, Anna Rosa Favretto e Giacomo Balduzzi, tratam de modo magistral do tema da justiça (inter)geracional a partir da perspectiva do Estado do Bem-Estar Social e dos desafios apresentados a partir do estudo de caso italiano. Os eminentes acadêmicos da *Università del Piemonte Orientale* produziram um trabalho interdisciplinar sobre o aumento da desigualdade entre as gerações a partir das crises econômicas recentes, discutindo o papel das políticas públicas para enfrentamento do problema a partir do contexto político e social. A partir da

perspectiva de que as soluções com base apenas no mercado de trabalho são insuficientes para a ampliação da inclusão social, os autores defendem participação mais ativa e empoderamento popular nas comunidades em nível local como estratégias institucionais para obtenção de inclusão intergeracional. O artigo *Intergenerational Justice as Intergenerational Inclusion: New Challenges for Welfare Systems* apresenta a discussão sobre o Estado do Bem-Estar Social a partir de uma visão sobre sua efetividade e desafios contemporâneos.

Finalmente, a nova coleção de artigos ao redor do tema da justiça (inter)generacional se completa com o artigo de Antônio Pedro Dores e Marta de Sousa e Silva. Em seu texto intitulado *The New Clash of Generations*, os autores portugueses discutem os conflitos intergeracionais a partir da perspectiva da luta ecológica pela sobrevivência da espécie humana e do problema global da sustentabilidade. No cenário atual de um mundo pós-pandêmico, a reflexão sobre como o direito moderno deve enfrentar as relações intergeracionais e como o meio-ambiente saudável deve ser identificado como um direito humano se tornaram ainda mais relevantes para a nossa reflexão sobre o papel das instituições.

Nesse contexto, aliás, torna-se importante lembrar as questões colocadas pela Conferência RCSL para nossa reflexão coletiva: como podemos melhorar nossa colaboração entre gerações em nossas disciplinas nos enfrentamentos desses desafios? Como nós podemos garantir e trabalhar para ampliar a justiça intergeracional ao redor do globo? Tais questões foram enfrentadas por alguns dos nossos autores nesse número, mas certamente irão seguir com a humanidade no futuro, diante dos velhos e novos desafios que surgem diante de nós. São essas nossas breves reflexões iniciais sobre a justiça (inter)generacional e o papel generacional das instituições em tempos de pandemia. Com os registros do agradecimento especial de toda a Equipe REI ao Daniel Lucas pelo trabalho realizado à frente da Editoria-Executiva e da mensagem de boas-vindas ao Abner Serapião no exercício dessa mesma função, desejamos boa leitura a todos!